



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638557 - SP (2021/0001139-6)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA -
SP242824
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID LOPES EMILIO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVID LOPES EMILIO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0024199-68.2016.8.26.0344).

O paciente foi condenado às penas de 4 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão no regime inicialmente semiaberto e de 204 dias-multa, pela prática dos delitos de tráfico de drogas e posse ilegal de munições de uso restrito (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e art. 16 da Lei n. 10.826/2003).

Nesta via, o impetrante sustenta que o Tribunal de origem deu parcial provimento à apelação defensiva e que a demora injustificada para a publicação do acórdão estaria causando sério prejuízo ao réu, uma vez que, por erro do ofício remetido ao Juízo da execução, as penas teriam sido aumentadas ao invés de serem reduzidas, o que resultou em um aumento do prazo para a progressão de regime.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para determinar a imediata publicação do acórdão proferido no julgamento da apelação criminal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente